

# A colocação pronominal no português angolano: influência das línguas bantu e variação interna

*Clitic Placement in Angolan Portuguese: The Influence of Bantu Languages and Internal Variation*

**Bruno Eduardo dos Santos Cerqueira** 

Universidad de Salamanca: Salamanca, ES  
E-mail: bescerqueira@gmail.com

## Resumo

Neste trabalho, pretende-se compreender a variação linguística em Angola a partir da língua portuguesa como língua pluricêntrica (Clyne, 1992; Ammon, 1989), no qual se dá atenção ao contacto entre o português e as línguas bantu. Estuda-se, de igual modo, como o multilinguismo angolano tem moldado o português angolano (PA), uma variedade cheia de diversidade e dinâmica (Firmino, 2008; Nzau, 2011; Bernardo, 2017). Esta realidade demonstra a importância em reconhecer a diversidade linguística como parte da identidade nacional e reforçar a necessidade de políticas linguísticas mais inclusivas (Oliveira, 2018; Mateus, 2007). Perante este contexto, focamos a nossa análise na pronominalização no PA, com base na comparação do uso dos pronomes clíticos utilizados no português brasileiro (PB) e no português europeu (PE) (Mateus *et al.*, 2003; Martins, 2013; Soquessa, 2017). Do ponto de vista metodológico, o estudo baseia-se num *corpus* exploratório constituído por textos jornalísticos, excertos literários e exemplos de oralidade espontânea, complementado por dados estruturais de línguas bantu apresentados com glosas interlineares, o que permite observar tendências reais de uso e efeitos diretos do contacto linguístico. Observamos também que a oralidade angolana favorece muitas vezes o uso da próclise, acabando, desta forma, por se aproximar ao padrão brasileiro, porém, a escrita formal mantém a preferência pela ênclise, à semelhança

### Editora-chefe

Marcia dos Santos  
Machado Vieira

### Editoras convidadas

Luana Lamberti  
Ravena Beatriz de Sousa  
Teixeira

Recebido: 30/05/2025

Aceito: 04/12/2025

### Como citar:

CERQUEIRA, Bruno Eduardo dos Santos. A colocação pronominal no português angolano: influência das línguas bantu e variação interna. Revista Diadorim, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, e68156, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2025.v27n2a68156>

do PE (Miguel, 2022; Mutali, 2019). Esta diferença entre a fala e a escrita explica a existência de um sistema linguístico em transformação, o que revela a complexidade da normatização do PA. Acreditamos, portanto, que esta investigação possa contribuir para um debate sobre o pluricentrismo do português, mostrar o modo como as práticas linguísticas locais influenciam o ensino da língua e a formulação de políticas linguísticas nos países africanos de língua portuguesa.

### **Palavras-chave:**

Português angolano; Variação linguística; Línguas em contacto; Pronominalização; Pluricentrismo linguístico

### **Abstract**

In this paper, we aim to understand linguistic variation in Angola from the view of Portuguese as a pluricentric language (Clyne, 1992; Ammon, 1989), paying attention to the contact between Portuguese and Bantu languages. We will also analyze how Angolan multilingualism has shaped Angolan Portuguese (AP), a dynamic variety full of diversity (Firmino, 2008; Nzau, 2011; Bernardo, 2017). This reality demonstrates the importance of recognizing linguistic diversity as part of national identity and reinforcing the need for more inclusive language policies (Oliveira, 2018; Mateus, 2007). In this context, we will focus our analysis on pronominalization in PA, comparing the use of clitic pronouns used in European Portuguese (PE) and Brazilian Portuguese (PB) (Mateus *et al.*, 2003; Martins, 2013; Soquessa, 2017). From a methodological standpoint, the study is based on an exploratory *corpus* composed of journalistic texts, literary excerpts, and examples of spontaneous oral speech, complemented by structural data from Bantu languages presented with interlinear glosses, which makes it possible to observe real usage tendencies and the direct effects of language contact. We also observe that Angolan orality often favors the use of proclisis, thus approaching the Brazilian standard, while formal writing maintains the preference for enclise, similar to PE (Miguel, 2022; Mutali, 2019). This difference between spoken and written explains the existence of a language system in transformation, which reveals the complexity of the standardization of PA. We believe, therefore, that this research could contribute to a debate on the pluricentrism of Portuguese, showing how local language practices influence language teaching and language policy formulation in Portuguese-speaking African countries.

### **Keywords:**

Angolan Portuguese; Linguistic variation; Language contact; Pronominalization; Linguistic pluricentrism

## Introdução

A língua portuguesa é uma das mais faladas no mundo, com mais de 260 milhões de falantes espalhados por diferentes continentes. A sua expansão histórica e geográfica resultou na formação de algumas variedades nacionais, tornando-se uma língua pluricêntrica, ou seja, com vários centros de normatização independentes. Esta pluralidade reflete-se em diferenças como nas áreas da fonética, morfossintática, lexical e pragmática entre as variedades do português, sendo um dos desafios para a normatização e padronização da língua. Perante as variedades emergentes, destaca-se o PA, que se diferencia do PE e do PB devido à influência das línguas bantu, às atividades socioculturais locais e ao processo histórico de consolidação da norma angolana.

A pronominalização, isto é, a colocação dos pronomes clíticos, é um dos traços mais característicos entre estas variedades do português. Enquanto no PE a ênclise prevalece na escrita formal (*Disse-me que viria amanhã*), no PB há uma maior tendência pela próclise, independentemente do contexto sintático (*Me disse que viria amanhã*). Já no PA, observa-se um sistema híbrido, no qual a próclise domina na oralidade, como no PB, mas a ênclise ainda se mantém em textos formais, o que acaba por refletir a influência do PE. Este fenómeno linguístico demonstra não apenas as variações entre os diferentes centros de normatização do português, como também o impacto das línguas bantu na estrutura do PA.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender melhor como funciona a pronominalização no PA, visto que esta variedade ainda requiere uma descrição mais detalhada. Para além disso, o reconhecimento do PA como uma variante legítima do português tem implicações diretas para o ensino da língua em Angola, que muitas vezes adota um modelo baseado exclusivamente no PE e desconsidera as particularidades da fala local.

Importa salientar que, embora este artigo inclua uma contextualização sociolinguística necessária para compreender o estatuto do PA no quadro do pluricentrismo do português, o foco central do trabalho recai sobre a análise da colocação pronominal. A investigação baseia-se numa análise comparativa entre PA, PE e PB, complementada por exemplos provenientes de textos escritos, dados de oralidade e estruturas das línguas bantu.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar a pronominalização no PA, comparando-a com as normas do PE e do PB. Somando a isto, procura-se compreender a influência das línguas bantu neste fenómeno e discutir as implicações destas variações para o ensino e a normatização do português em Angola. Por meio deste estudo, pretende-se contribuir para o reconhecimento da diversidade linguística do PA e para o debate sobre a sua consolidação como uma variedade legítima do português.

## Procedimentos metodológicos

Esta investigação adotou um desenho qualitativo e descritivo, com enfoque comparativo, tendo como objetivo analisar o comportamento dos pronomes clíticos no PA em contraste com o PE e o PB. Para além da revisão da literatura, a análise baseou-se na observação de exemplos provenientes de textos escritos, produções orais e estruturas das línguas bantu.

A opção por um corpus exploratório, de natureza ilustrativa e não quantitativa, segue princípios metodológicos discutidos na Linguística de *Corpus*, particularmente no que diz respeito à importância de trabalhar com dados reais de uso linguístico (Costa, 2014). Ainda que não se trate de um *corpus* extensivo ou estatisticamente representativo, a seleção controlada de exemplos permite identificar padrões estruturais relevantes e fundamentar empiricamente a análise.

O *corpus* utilizado neste estudo é de natureza exploratória e não quantitativa. Foi constituído com o objetivo de ilustrar padrões estruturais relevantes, incluindo:

- 1. Textos jornalísticos:** um conjunto selecionado de excertos de reportagens publicadas entre 2020 e 2024 em jornais angolanos de circulação nacional (*Jornal de Angola, O País, Novo Jornal*).
- 2. Textos literários:** passagens de obras de autores angolanos contemporâneos (Ondjaki, Pepetela, José Eduardo Agualusa) que apresentam uso representativo de pronomes clíticos e marcas de oralidade estilizada.
- 3. Dados de oralidade:** exemplos provenientes de discursos informais, entrevistas e programas de rádio, transcritos pelo autor, utilizados exclusivamente para observar tendências estruturais.
- 4. Línguas bantu:** exemplos estruturais do quimbundo, umbundo e quicongo retirados da literatura linguística, apresentados com glosas interlineares.

Os exemplos que compõem o *corpus* foram selecionados segundo os seguintes critérios:

- presença explícita de pronomes clíticos em construções verbais;
- representatividade de diferentes registos (formal, informal, literário, jornalístico);
- diversidade regional e sociolinguística;
- pertinência para a comparação entre PA, PE e PB;
- relevância para a análise da influência bantu.

A análise foi conduzida em três etapas:

- 1.** Classificação dos exemplos por tipo de colocação pronominal (próclise, ênclise e ausência de mesóclise).

2. Comparação contrastiva entre os padrões observados no PA e as normas descritas para o PE e o PB.
3. Interpretação sociolinguística e tipológica, com base nos princípios de contacto linguístico, pluricentrismo e transferência sintática. Exemplos das línguas bantu foram analisados com o objetivo de identificar paralelos estruturais que possam justificar tendências no PA.

Este estudo tem carácter exploratório e centra-se num *corpus* reduzido, não representativo de toda a diversidade sociolinguística angolana. Os dados recolhidos servem para identificar tendências, e não para estabelecer percentagens ou generalizações estatísticas. Assim, a análise privilegia a interpretação qualitativa e descritiva.

## A Pluricentralidade do Português: contacto de línguas e emergência de normas africanas

Uma língua pluricêntrica é aquela que possui vários centros de normatização, em que cada país ou região define as suas próprias regras linguísticas, em contraste com línguas monocêntricas ou bicêntricas (Clyne, 1992; Ammon, 1989). Este fenómeno aplica-se ao português, que, segundo o Instituto Camões, é falado por mais de 260 milhões de pessoas e, conforme estimativas das Nações Unidas, poderá atingir quase 400 milhões em 2050 e mais de 500 milhões em 2100. O crescimento será especialmente notório em África, onde Angola e Moçambique terão populações superiores a 170 e 130 milhões, respetivamente, até ao final do século.

A história da língua portuguesa revela a sua evolução de um modelo monocêntrico para um bicêntrico e, mais recentemente, para uma configuração pluricêntrica no século XXI (Oliveira, 2018). Atualmente, o português configura-se como uma língua internacional, sem perder as suas especificidades regionais. Da Silva (2024, p. 19) reforça essa visão ao afirmar:

O português é uma língua pluricêntrica com duas variedades nacionais bem estabelecidas – português europeu (PE) e português brasileiro (PB) – e variedades emergentes mais ou menos nativizadas como, entre outras, o português moçambicano (PM) e o português angolano (PA).

Por outro lado, a expansão das variedades nacionais do português mostra tanto a evolução natural da língua, como a necessidade de reconhecer essas normas emergentes no contexto global. Esta diversidade reforça a posição do português como uma língua internacional e torna essencial a valorizar as características próprias de

cada variedade, respeitando as suas particularidades culturais e linguísticas (Aguilusa, 2019; Lourenço, 2001).

Segundo Clyne (1992), o pluricentrismo apresenta uma função ambígua, isto é, se por um lado unifica os falantes por meio de uma língua comum, por outro também acentua diferenças através da institucionalização de normas nacionais. A distribuição do poder entre os países lusófonos influencia a legitimação das suas variantes, tendo investigadores fora dos centros tradicionais, como o francês canadiano ou o espanhol latino-americano, liderado movimentos de valorização que contrastam com a tendência dos centros dominantes em considerar essas variantes como simples desvios.

Neste contexto, reconhecer e preservar a diversidade do português é crucial para garantir a vitalidade da língua num mundo globalizado. Como defende Mia Couto (2010), a lusofonia deve ser encarada como um espaço plural e livre de centralismos históricos. A adoção de políticas linguísticas inclusivas, o reconhecimento das normas locais e a utilização das tecnologias digitais no ensino e difusão do português são estratégias essenciais para reforçar a ligação entre os falantes (Miguel, 2022; Novo Atlas da Língua Portuguesa, 2016).

Porém, a tentativa de unificação ortográfica através do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90) exemplifica os desafios do pluricentrismo. Em países como Angola e Moçambique, a resistência ao acordo demonstra a complexidade de se harmonizar interesses diversos sem comprometer identidades linguísticas nacionais (Henriques, 2021). Perante este cenário, Evaristo (2023) propõe três perspetivas sobre a unificação, a saber: a viabilidade condicional, a impossibilidade cultural e a possibilidade de unificação mediante cooperação, sendo esta última a mais viável se baseada no respeito e na colaboração, como explica:

A terceira resposta, a que adotamos, é a de que seria possível haver uma unificação ortográfica em línguas pluricêntricas, a despeito de suas críticas, incompreensões ou restrições. Havendo cooperação e respeito mútuos, aceitação (gloto)política e interesse em fortalecimento linguístico – com tudo o que isso acarreta –, seria possível ao algo como o AO90 trazer ganhos para os países, reforçar os laços de cooperação e amizade, ajudar a projetar sua comunidade de falantes e países no contexto do mundo globalizado. (Evaristo, 2023, p. 20)

A aplicação parcial do acordo, as tensões à volta da sua adoção e o papel das tecnologias digitais na promoção da língua portuguesa indicam que o futuro da lusofonia depende cada vez mais das ações colaborativas e inclusivas. A cultura digital, como destaca Brasil (2018), transformou a forma como os jovens interagem com a

língua, uma vez que passaram a ser os promotores de novas formas de comunicação multimidiática e da construção de redes sociais globais.

No caso angolano, a diversidade linguística é bastante viva, que resultou do convívio estável entre o português e as línguas nacionais bantu, como o umbundo e o quimbundo (Firmino, 2008). Miguel (2022) realça que:

A situação sociolinguística de Angola é caracterizada por uma diversidade linguística acentuada, coexistindo no mesmo espaço geográfico línguas de matriz africana (não bantu e bantu) e o português, língua românica, o que atesta a grande riqueza do mosaico etnolinguístico e cultural do país. O português se realiza num contexto multilingue, devido ao contato prolongadamente permanente com as línguas locais.

Essa convivência reflete um português transformado e enriquecido pelas línguas locais, num processo de adaptação que ilustra a vitalidade do pluricentrismo. Contudo, apesar de avanços no reconhecimento da pluralidade do português, ainda faltam estudos que incluam bem as variedades africanas. Estudos como o de Batoréo (2016) salientam a ausência de gramáticas que examinem a língua portuguesa na sua diversidade. Assim, reforça-se a necessidade de políticas educativas e de formação docente que considerem o pluricentrismo como um recurso pedagógico fundamental (Su, 2023).

Assim sendo, somos de opinião que a promoção do português como língua pluricêntrica inclui o compromisso com a valorização da diversidade linguística, o investimento em práticas educativas inclusivas e a adaptação contínua às transformações sociais e culturais. A emergência de novas normas nacionais, como o PA, não divide a língua, mas sim enriquece o espaço lusófono, exigindo, portanto, uma abordagem aberta, científica e democrática.

## **A diversidade linguística em Angola: contacto de línguas, identidade e ensino do português**

A realidade linguística angolana caracteriza-se por um multilinguismo profundo, resultante da convivência entre o português, língua oficial e de ensino, e diversas línguas bantu, como o quimbundo, umbundo e quicongo. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014), cerca de 71% da população utiliza o português, embora as línguas nacionais mantenham vitalidade expressiva no quotidiano e nas práticas comunitárias. Este contacto contínuo moldou o PA, originando variações regionais e sociais que refletem tanto a história do país como as dinâmicas atuais de mobilidade e urbanização (Bernardo, 2017).

Para ilustrar esta diversidade, apresenta-se na Figura 1 um mapa etnolinguístico de Angola, que evidencia a distribuição das principais línguas bantu no território e permite compreender como diferentes áreas geográficas influenciam o uso do português.



**Figura 1.** Mapa etnolinguístico de Angola.

**Fonte:** FERNANDES E NTONDO (2002).

A geolinguística desempenha um papel central na compreensão da variação interna do PA. A delimitação de isoglossas<sup>1</sup> permite observar contrastes entre o litoral, mais marcado pela presença intensa do português, e o interior, onde as línguas bantu exercem maior influência na oralidade. Como observa Gonçalves (2018), cada região contribui de modo distinto para a dinâmica do português falado, reforçando a natureza pluricêntrica e heterogênea da variedade angolana.

O ensino do português em Angola também se inscreve neste contexto de diversidade. Historicamente, a escola adotou o PE como norma de referência, o que gerou um desfasamento entre a variedade ensinada e as práticas linguísticas reais dos falantes (Antunes, 2014; Augusto, 2023). Esta discrepância continua a influenciar o desempenho escolar e o reconhecimento público do PA. Modelos de ensino mais inclusivos, que valorizem a variação e reconheçam o papel das línguas nacio-

<sup>1</sup> Isoglossa é um termo da linguística que designa uma linha imaginária traçada num mapa que separa áreas geográficas onde se usam diferentes variantes linguísticas para um mesmo elemento. Essas diferenças podem ser fonéticas, lexicais, morfológicas ou sintáticas. As isoglossas ajudam a identificar fronteiras dialetais e a compreender variações linguísticas regionais (Chambers & Trudgill, 1998).

nais, são apontados como fundamentais para uma educação linguisticamente mais representativa.

A diversidade linguística desempenha igualmente um papel importante na construção da identidade angolana. O multilinguismo, frequentemente descrito como um traço estruturante das sociedades africanas, funciona como elemento de coesão social e de expressão cultural (Mateus, 2007; Oliveira, 2018). Valorizar as línguas nacionais e as variantes do PA contribui para a superação de preconceitos linguísticos e reforça a unidade na diversidade que caracteriza o país.

Em conjunto, estes elementos mostram que a variação linguística em Angola resulta de um processo dinâmico e histórico de contacto de línguas, com implicações diretas para a educação, a identidade e a política linguística. Este enquadramento sociolinguístico fornece, assim, as bases necessárias para compreender os fenómenos linguísticos específicos analisados nas secções seguintes.

## Contexto sociolinguístico do português em Angola

O PA desenvolve-se num contexto sociolinguístico marcado por um multilinguismo estrutural, no qual grande parte dos falantes alterna entre o português e uma ou mais línguas bantu em diferentes domínios da vida quotidiana (Firmino, 2008; Oliveira, 2018). Embora o português ocupe posições institucionais e de prestígio, sendo a língua da administração, da escolarização e dos meios de comunicação, as línguas nacionais mantêm grande vitalidade no seio das famílias e comunidades, influenciando de modo decisivo as práticas linguísticas dos falantes (Nzau, 2011; Bernardo, 2017).

Este cenário de contacto contínuo contribui para a emergência de um PA caracterizado por forte variação interna. Fatores como grau de escolarização, trajetórias migratórias, pertença geracional, mobilidade social e redes de comunicação moldam a forma como o português é usado e percebido no país (Mateus, 2007; Bernardo, 2017). Nas zonas urbanas, sobretudo em Luanda, observa-se uma crescente estabilização de um PA urbano, associado a práticas linguísticas híbridas e a fenómenos próprios de contextos multilíngues. Nas regiões rurais e periurbanas, por sua vez, o português é frequentemente adquirido como segunda língua, em estreita convivência com as línguas bantu locais (Gonçalves, 2018; Nzau, 2011).

A coexistência de diferentes normas de referência, como a escolar, baseada no PE, e a efetivamente usada pela população, gera tensões sociolinguísticas que se refletem nas atitudes linguísticas e na própria construção identitária dos falantes (Augusto, 2013; Firmino, 2008). Para muitos angolanos, o PA funciona simultaneamente como símbolo de pertença nacional e como veículo de mobilidade social, o que reforça a sua legitimidade enquanto variedade do português. No entanto,

a distância entre a norma ensinada e as práticas reais produz desafios no ensino, particularmente no domínio da gramática, onde estruturas como a colocação pronominal revelam contrastes significativos entre uso e prescrição (Augusto, 2013).

Assim, compreender o contexto sociolinguístico do PA é fundamental para interpretar os fenómenos de variação analisados nas secções seguintes. A pronominalização, foco deste estudo, representa um dos domínios em que a influência das línguas bantu, a variação regional e o papel da norma escolar convergem de modo mais visível (Nzau, 2011; Soquessa, 2017; Mutali, 2019), configurando um sistema em transformação que espelha tanto a história linguística de Angola como as dinâmicas contemporâneas do seu multilinguismo.

## **A dinâmica da pronominalização no português angolano: contacto linguístico e variação sintática**

A pronominalização constitui um dos domínios em que as diferenças entre as variedades do português se tornam mais evidentes, especialmente no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos. No PA, este fenómeno revela a convergência de três fatores: (i) a herança normativa do PE, (ii) a influência estrutural das línguas bantu e (iii) a aproximação, sobretudo na oralidade, a padrões característicos do PB. A análise destes usos permite compreender a natureza híbrida e dinâmica da variedade angolana, bem como os desafios que coloca à normatização e ao ensino da língua no país.

A pronominalização consiste na substituição de um sintagma nominal por um pronome com o objetivo de evitar repetições e conferir maior concisão ao enunciado (Mateus *et al.*, 2003). Entre os elementos envolvidos neste processo, destacam-se os pronomes clíticos, cuja posição é sensível a fatores sintáticos, discursivos e, no caso do PA, também sociolinguísticos.

A variação na colocação dos clíticos tem sido amplamente documentada em diferentes variedades do português, sobretudo no PB e no PE, onde os padrões de próclise, ênclise e subida do clítico se distribuem de forma sensível ao género textual, ao estilo e ao grau de formalidade (Machado, 2006; Biazolli, 2016). Em perspetiva metodológica, estudos baseados em corpora demonstram a importância de observar dados reais de uso para compreender essas regularidades e variações estruturais (Costa, 2014). A inclusão destas contribuições permite situar a análise do PA num quadro comparativo mais amplo, evidenciando que a variação na colocação pronominal é um fenómeno transversal no espaço lusófono, embora condicionado no PA pelo contacto intenso com línguas bantu.

O quadro seguinte apresenta as formas clíticas do português, segundo a tradição gramatical (Martins, 2013):

### Quadro 1. Pronomes pessoais átonos (clíticos)

	FORMAS ÁTONAS (Clíticos)		
	Acusativo	Dativo	Nominativo
	(complemento direto)	(complemento indireto)	(sujeito)
1. <sup>a</sup> pessoa do singular	me	me	
2. <sup>a</sup> pessoa do singular	te	te	
3. <sup>a</sup> pessoa do singular	o, a, se	lhe	se (impessoal)
1. <sup>a</sup> pessoa do plural	nos	nos	
2. <sup>a</sup> pessoa do plural	vos	vos	
3. <sup>a</sup> pessoa do plural	os, as, se	lhes	

**Fonte:** Adaptação de *Gramática do Português* de MARTINS (2013, p. 2233)

Os clíticos mantêm dependência fonológica do verbo e, por isso, a sua posição constitui um indicador privilegiado da sintaxe de cada variedade do português. No PE, a ênclise é tradicionalmente considerada a posição neutra, sendo a próclise acionada por palavras atrativas ou contextos específicos (Miguel, 2022). Já no PB, a próclise generalizou-se, independentemente da presença de proclisadores (Castilho, 2010). No PA, observa-se um sistema em transição: a próclise domina na oralidade, enquanto a escrita formal tende a seguir modelos europeus (Mutali, 2019; Soquesa, 2017).

O quadro seguinte sintetiza o comportamento dos clíticos nas três variedades:

### Quadro 2. Colocação dos pronomes clíticos no PA, PB e PE

Contexto sintático	PA	PB	PE
Verbo no início da oração	Próclise	Próclise	Ênclise
Com palavra atrativa (ex.: advérbio, conjunção)	Próclise	Próclise	Próclise
Com verbo no infinitivo	Próclise ou Ênclise	Próclise	Ênclise
Em frases subordinadas	Próclise	Próclise	Próclise
Em frases afirmativas simples	Próclise	Próclise	Ênclise
Uso da mesóclise	Ausente	Ausente	Presente em registos formais

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base na leitura, análise e interpretação dos textos de CASTILHO (2010), MUTALI (2019) e MIGUEL (2022).

Os dados confirmam que o PA apresenta um comportamento intermédio: a próclise é largamente dominante na oralidade, enquanto textos formais preservam construções tradicionais como *Entregar-se-á o relatório amanhã* ou *Dir-se-á que houve avanços*. Este desfasamento entre usos formais e informais reflete a convivência de diferentes padrões normativos no país.

A influência das línguas bantu desempenha um papel essencial nesta variação. Diversos estudos mostram que:

- a próclise é estruturalmente favorecida, dado que as línguas bantu não admitem ênclise (Miguel, 2022);
- a mesóclise não possui paralelo tipológico nesses sistemas (Soquessa, 2017);
- surgem construções híbridas resultantes do contacto entre modelos europeus, brasileiros e bantu (Mutali, 2019).

Essa interferência manifesta-se também em fenómenos como a subida do clítico (*Ele quer me ajudar*) e, na oralidade informal, casos esporádicos de interpolação (*Ele me sempre disse isso*), aproximando o PA de padrões característicos do PB.

A análise detalhada dos efeitos do contacto linguístico sobre a colocação pronominal será desenvolvida na secção seguinte, com base em exemplos extraídos do quimbundo, umbundo e quicongo.

## Evidências das línguas bantu na colocação pronominal: exemplos e glosas

A influência das línguas bantu na estrutura do PA torna-se particularmente evidente quando observamos o comportamento pronominal dessas línguas. No quimbundo, umbundo e quicongo, três das línguas bantu mais faladas em Angola, os pronomes ocupam obrigatoriamente a posição pré-verbal (Nzau, 2011; Bernardo, 2017). Assim, a próclise não constitui apenas uma preferência, mas sim uma propriedade estrutural. Nenhuma destas línguas admite ênclise nem mesóclise, o que contribui decisivamente para compreender padrões recorrentes no PA, sobretudo na oralidade.

Os exemplos apresentados a seguir foram construídos com base em descrições morfológicas das línguas bantu de Angola disponíveis em Chatelain (1888), do Nascimento (1984) e Nurse & Philippson (2003), mantendo estruturas atestadas na literatura.

### (1) Quimbundo — próclise obrigatória

*mu-á mona kássola*

1SG.OBJ-ver criança

“Eu vi a criança.”

O pronome objeto *mu-* precede necessariamente o verbo, favorecendo no PA construções como *me viu*.

**(2) Quimbundo — próclise com negação**

*kà-mu mona*

NEG-1SG.OBJ ver

“Eu não o vi.”

A posição pré-verbal mantém-se mesmo em contextos negativos, o que contribui para a naturalidade de *não me disse* em PA e explica a rejeição da ênclise pós-negativa.

**(3) Umbundo — marcação prefixal do objeto**

*ndi-mu-lombwela*

1SG.SUJ-3SG.OBJ-pedir

“Eu pedi-lhe.”

O objeto é prefixado ao verbo, estrutura que encontra correspondência no PA em formas como *eu lhe pedi*.

**(4) Umbundo — ausência de mesóclise**

*va-twala ci-sambu*

3PL-levar 7-sacola

“Eles levaram a sacola.”

As línguas bantu não apresentam qualquer construção equivalente à mesóclise do PE (*levar-lhe-ão*), o que explica a sua ausência quase total no PA.

**(5) Quicongo — próclise independente do tempo verbal**

*na-mu-sosa*

1SG-3SG.OBJ-falar

“Eu falei com ele.”

O pronome ocorre sempre antes do verbo, independentemente do tempo ou aspeto, comportamento que se aproxima do padrão predominante no PA.

**(6) Quicongo — impossibilidade de clítico pós-verbal**

*ba-mu-tumina*

3PL-3SG.OBJ-enviar

“Eles enviaram-no.”

A posição pós-verbal é estruturalmente impossível, o que ajuda a explicar a resistência à ênclise na oralidade angolana.

Os dados apresentados permitem observar princípios estruturais consistentes:

1. **A próclise é obrigatória** nas línguas bantu; não se trata de uma opção estilística, mas de uma propriedade gramatical.
2. **A ênclise não existe** nesses sistemas, o que justifica a sua baixa frequência na oralidade do PA.
3. **A mesóclise é tipologicamente inexistente**, razão pela qual ocorre apenas em contextos altamente normativos e formais no PA.
4. A estrutura **V-COMP (ênclise)** é percebida como marcada pelos falantes angolanos, uma vez que não encontra paralelo nas suas línguas de base.
5. O PA configura-se, assim, como um sistema híbrido, no qual a escrita formal tende a alinhar-se com o PE, enquanto a oralidade segue padrões mais próximos das línguas bantu e, em certos aspetos, do PB.

Estes dados reforçam que a pronominalização no PA não resulta apenas de convergências com o PE ou o PB, mas de um processo profundo de contacto linguístico e transferência estrutural. A presença de padrões bantu na colocação pronominal constitui, portanto, um elemento central para compreender a variação interna e a evolução gramatical do PA.

Importa ainda esclarecer que os fenómenos descritos não representam meras semelhanças tipológicas entre o PA e as línguas bantu, mas evidenciam influência estrutural direta resultante do contacto linguístico, o que permite afastar interpretações baseadas apenas em paralelismos formais.

## Variação da colocação pronominal nos diferentes registos do português angolano

A distribuição dos pronomes clíticos no PA confirma a coexistência de padrões distintos associados a diferentes registos, refletindo um sistema híbrido em que práticas orais e escritas se orientam por normas diversas. Três tendências principais podem ser identificadas na literatura:

1. **A próclise é largamente predominante na oralidade**, independentemente da presença de proclisadores (Miguel, 2022);
2. **A ênclise tende a ocorrer em textos formais**, especialmente nos géneros académico, jurídico e administrativo (Soquessa, 2017);
3. **A mesóclise é praticamente inexistente**, surgindo apenas em registos altamente normativos, sob influência direta do PE (Mutali, 2019).

Esta assimetria é observável nos usos reais. Em textos formais, encontram-se construções como *Entregar-se-á o relatório amanhã* (Miguel, 2022) ou *Dir-se-á que houve avanços na pesquisa* (Mutali, 2019), que seguem o modelo europeu. Já na

oralidade, emergem estruturas como *Ele me disse que não vem* ou *Eu te avisei sobre isso* (Soquessa, 2017), alinhadas com padrões bantu e próximas do PB.

Além disso, o PA apresenta fenómenos característicos de sistemas em contacto, como:

- **subida do clítico** (*Ele quer me ajudar*), convergente com o PB e divergente do PE;
- **interpolação** esporádica (*Ele me sempre disse isso*), atestada em contextos informais (Soquessa, 2017).

Para sintetizar essa variação, apresenta-se o quadro seguinte, que compara usos típicos do PA, PB e PE em diferentes registos:

**Quadro 3.** Uso dos clíticos nos diferentes registos e Angola, Brasil e Portugal

<b>Contexto</b>	<b>PA</b>	<b>PB</b>	<b>PE</b>
<i>Oralidade informal</i>	<i>Ele <b>me</b> disse isso ontem.</i>	<i>Ele <b>me</b> disse isso ontem.</i>	<i>Ele disse-<b>me</b> isso ontem.</i>
<i>Escrita formal</i>	<i>Informar-<b>se</b>-á a população amanhã.</i>	<i>Vai <b>se</b> informar a população amanhã.</i>	<i>Informar-<b>se</b>-á a população amanhã.</i>
<i>Jornalismo</i>	<i>O governo anunciou que aplicar-<b>se</b>-á a nova medida.</i>	<i>O governo anunciou que a nova medida <b>se</b> aplicará.</i>	<i>O governo anunciou que aplicar-<b>se</b>-á a nova medida.</i>
<i>Textos académicos</i>	<i>Os dados apresentar-<b>se</b>-ão a seguir.</i>	<i>Os dados <b>se</b> apresentarão a seguir.</i>	<i>Os dados apresentar-<b>se</b>-ão a seguir.</i>

**Fonte:** Elaboração do autor com base na leitura, análise e interpretação dos textos de MIGUEL (2022), MUTALI (2019) e SOQUESSA (2017)

A análise de textos jornalísticos e literários permite-nos ver duas formas de uso da língua, ou seja, a imprensa tende a seguir padrões europeus (“Entregar-se-á o relatório”), enquanto a literatura angolana experimenta formas mais próximas da oralidade (“Ele me falou daquele dia como se fosse ontem.”). Situação análoga é descrita para outras variedades do português, em que a colocação dos clíticos se mostra sensível ao grau de formalidade, ao género textual e às práticas de escolarização (Machado, 2006; Biazolli, 2016). Outra realidade presente na sociedade angolana é que, em ambientes formais, prevalece a ênclise e, em contextos informais, a próclise predomina. Por isso, a influência das línguas bantu, o nível de escolarização e o contexto de uso explicam esta variação.

Esta associação entre colocação pronominal e grau de monitorização discursivo (registo/género textual) é consistente com estudos variacionistas que mostram diferenças sistemáticas na proporção de próclise e ênclise conforme o género e a

modalidade, organizáveis num continuum estilístico (do mais monitorado/formal ao menos monitorado/coloquial). (Biazolli, 2016).

Do mesmo modo, investigações sobre escrita escolar evidenciam que variáveis extralinguísticas como escolaridade e tipo de texto influenciam a ocorrência de ênclise em contextos de maior pressão normativa, revelando o papel da escola na circulação de padrões de prestígio (Machado, 2006).

A coexistência destes padrões coloca desafios para a normatização e para o ensino da língua. Diversos autores defendem a necessidade de:

- **reconhecer o PA como variedade legítima** (Mutali, 2019);
- **elaborar materiais didáticos contextualizados**, que reflitam o uso real da língua;
- **produzir descrições gramaticais sistemáticas** do PA (Miguel, 2022).

Dado que não existem estudos quantitativos sistemáticos sobre a frequência relativa de próclise, ênclise ou mesóclise no PA, PB e PE, opta-se deliberadamente por não apresentar representações percentuais. As tendências descritas baseiam-se em análises qualitativas da literatura, garantindo rigor e transparência metodológica. De forma geral, pode afirmar-se que:

- no **PA oral**, a próclise é largamente dominante;
- no **PA escrito formal**, a ênclise permanece um recurso frequentemente adotado;
- no **PB**, a próclise é amplamente generalizada;
- no **PE**, a ênclise continua a ser o padrão neutro;
- a **mesóclise** é praticamente restrita ao PE e muito rara ou inexistente no PA e no PB.

Em síntese, o comportamento pronominal do PA confirma a existência de um sistema dinâmico, marcado por influências múltiplas e por processos de mudança em curso. O fenómeno da pronominalização revela, assim, a coexistência entre tradição normativa europeia e práticas inovadoras oriundas do contacto linguístico, destacando a necessidade de novas investigações, especialmente no âmbito da variação geracional, da comunicação digital e de políticas de ensino que reconheçam a diversidade linguística do país.

## Considerações finais

Este estudo oferece um contributo original para a descrição do PA ao integrar, de forma inédita, três dimensões analíticas complementares: (i) a caracterização comparativa da pronominalização no PA em relação ao PE e ao PB; (ii) a inclusão de dados estruturais de línguas bantu, apresentados com glosas interlineares, permitindo fundamentar empiricamente processos de transferência sintática decorrentes

do contacto linguístico; e (iii) a análise da variação por registos e tipos de texto, sustentada em exemplos provenientes de produções jornalísticas, literárias e de fala espontânea. Esta abordagem integrada ultrapassa descrições parciais presentes na literatura e possibilita uma compreensão mais abrangente dos mecanismos internos de variação e mudança no PA.

A análise evidencia que o comportamento pronominal do PA resulta de um sistema híbrido, moldado simultaneamente pela tradição normativa do PE e pela forte influência estrutural das línguas bantu. As semelhanças observadas entre o PA e o PB não decorrem de influência direta, mas de processos paralelos de contacto e variação que emergiram independentemente em Angola e no Brasil. Enquanto a escrita formal tende a preservar a ênclise, aproximando-se do padrão europeu, a oralidade privilegia sistematicamente a próclise, coerente com as propriedades gramaticais das línguas bantu. Esta divergência entre fala e escrita confirma que o PA se encontra num processo de mudança linguística em curso, próprio de uma variedade que procura consolidar as suas normas no contexto pluricêntrico do português.

Os dados analisados mostram ainda que a colocação pronominal no PA varia de acordo com fatores sociolinguísticos, geográficos e funcionais. Entre os fatores sociolinguísticos, destacam-se variáveis como o nível de escolarização, a classe social e o repertório linguístico dos falantes, que influenciam significativamente a escolha entre próclise e ênclise. Nos géneros académico, jurídico e jornalístico observa-se maior adesão aos padrões europeus; já na literatura e na oralidade quotidiana emergem estruturas inovadoras que refletem o uso efetivo da língua pelos falantes. Esta dinâmica realça a importância de descrições gramaticais que valorizem a variação, em vez de impor modelos prescritivos que não correspondem ao funcionamento linguístico do país.

O estudo levanta também implicações relevantes para o ensino do português em Angola. A adoção exclusiva da norma do PE tende a ignorar particularidades estruturais do PA e a criar obstáculos para aprendentes que adquirem o português como segunda língua. Estratégias pedagógicas que integrem a diversidade linguística nacional podem contribuir para um ensino mais inclusivo, eficaz e representativo da realidade sociocultural angolana.

Embora avance na compreensão da pronominalização no PA, esta investigação evidencia lacunas que devem ser aprofundadas. A ausência de corpora extensos e sistematicamente anotados limita análises estatísticas mais rigorosas; falta também explorar a perceção dos falantes sobre as normas emergentes e o papel das gerações mais jovens na mudança linguística. Investigações futuras poderão examinar de forma mais detalhada a variação regional, os efeitos da comunicação digital, bem como o impacto destas práticas na construção da identidade linguística angolana.

Reconhecer o PA como uma variedade autónoma do português não significa fragmentar a língua, mas ampliar a compreensão da sua riqueza interna. A pluralidade do português constitui um valor central para a lusofonia e não um obstáculo à

unidade. Apenas uma abordagem científica, descritiva e sensível às realidades locais permitirá construir políticas educativas e normativas que representem os falantes e promovam o pleno reconhecimento do PA no cenário linguístico internacional.

## Referências

- AGUALUSA, J. E. Para uma irmandade da língua portuguesa. *Jornal Expresso*, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2019-06-10-Por-uma-irmandade-da-lingua>. Acesso em: 30 dez. 2024.
- AMMON, U. Towards a descriptive framework for the status/function (social position) of a language within a country. In: AMMON, U. (ed.). *Status and function of languages and language varieties*. De Gruyter, 1989. p. 21-106.
- ANTUNES, I. *Gramática contextualizada: limpando "o pó das ideias simples"*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- AUGUSTO, M. A. O ensino de língua portuguesa em Angola. *Verbum*, v. 12, n. 1, p. 6-31, 2023.
- BATORÉO, H. Que gramática temos para estudar o português língua pluricêntrica? In: CENTRO DE ESTUDOS LUSÍADAS DA UNIVERSIDADE DO MINHO (org.). *O português como língua num mundo global: problemas e potencialidades*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho; Edições Humus, 2016. p. 85-101.
- BERNARDO, E. P. J. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 32, p. 39-54, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.32/pp.39-54>. Acesso em: 30 dez. 2024.
- BIAZOLLI, C. C. *Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma*. 2016. Tese (Doutorado) — UNESP, Araraquara.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024*. Brasília, DF: INEP, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CASTILHO, A. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- CHATELAIN, H. *Grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola*. Schuchardt, 1888.
- CLYNE, M. *Pluricentric languages: differing norms in different nations*. Mouton de Gruyter, 1992.
- COSTA, D. S. (org.). *Pesquisas linguísticas pautadas em corpora*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

- DA SILVA, A. S. Que standardização para o português: pluricêntrica ou panlusófona? *Energeia: Online Journal for Linguistics, Language Philosophy and History of Linguistics*, v. 9, p. 18-56, 2024.
- DO NASCIMENTO, J. P. *Grammatica do Umbundu, ou lingua de Benguella*. Impr. Nacional, 1894.
- EVARISTO, J. Pode uma língua pluricêntrica ser unificada? Sobre o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. *Domínios de Linguagem*, v. 17, e1746, 2023.
- FERNANDES, J.; NTONDO, Z. *Angola: povos e línguas*. Luanda: Editorial Nzila, 2002.
- FIRMINO, G. Aspectos da nacionalização do português em Moçambique. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n. 9, p. 115-135, 2008.
- GONÇALVES, P. *Variações linguísticas regionais em Angola: implicações no ensino do português*. 2018. Tese (Doutorado) — Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- HENRIQUES, C. C. *Fonética, fonologia e ortografia: estudos fono-ortográficos do português na perspectiva brasileira*. 5. ed. São Paulo: AltaBooks, 2021.
- INSTITUTO CAMÕES. Dados sobre a língua portuguesa de 2022. 2022. Disponível em: [https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf\\_noticias/Dados\\_sobre\\_a\\_l%C3%ADngua\\_portuguesa\\_de\\_2022.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_noticias/Dados_sobre_a_l%C3%ADngua_portuguesa_de_2022.pdf). Acesso em: 30 dez. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral da população e da habitação*. INE, 2014. Disponível em: [https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao\\_637981512172633350.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf). Acesso em: 5 jan. 2025.
- LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro: e, Imagem e miragem da lusofonia*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MACHADO, A. C. M. *O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado) — UFRJ, Rio de Janeiro.
- MARTINS, A. M. A posição dos pronomes pessoais clíticos. In: RAPOSO, E. B. P. et al. (orgs.). *Gramática do português*. v. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 2229-2302.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- MATEUS, M. H. M.; CARDEIRA, E. *Norma e variação*. Lisboa: Caminho Editorial, 2007.
- MIA COUTO. Escritor defende lusofonia crítica. *O Estado de São Paulo*, 19 ago. 2010. Disponível em: <http://www.pglingua.org/especiais/espaco-brasil/2722-bienal-de-sao-paulo-discutira-a-lusofonia>. Acesso em: 30 dez. 2024.
- MIGUEL, A. J. *Das políticas às práticas: possibilidades da noção de português língua pluricêntrica em formação de professores*. CIP, v. 41, 2022.
- MUTALI, H. S. *A colocação dos pronomes clíticos no português angolano escrito*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/jspui/handle/10451/40812>. Acesso em: 30 dez. 2024.

NURSE, D.; PHILIPPSON, G. Towards a historical classification of the Bantu languages. In: NURSE, D.; PHILIPPSON, G. (orgs.). *The Bantu Languages*. London: Routledge, 2003. p. 164-181.

NZAU, D. *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade da Beira Interior, Covilhã. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1844>. Acesso em: 30 dez. 2024.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. *O português é uma língua estratégica de comunicação internacional*. 2024. Disponível em: <https://observalinguaportuguesa.org/o-portugues-e-uma-lingua-estrategica-de-comunicacao-internacional/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

OLIVEIRA, H. T. Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. *Revista da ABRALIN*, 2018.

SOQUESSA, N. V. M. *Contributos para a caracterização do português em Angola: Clíticos em contraste com o PE e o PB*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Évora, Évora.

SU, F. *O português como língua pluricêntrica nas aulas de PLE*. 2023. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Porto, Porto.